

# Brasília-DF



**LUANA PATRIOLINO** (interina) Com Eduarda Esposito  
luanapatriolino@dabr.com.br

## O destino de Pacheco

À espera de um ministério, o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) está traçando suas estratégias para 2026. Declaradamente pré-candidato ao governo de Minas Gerais, ele tem como desafio ganhar visibilidade para as eleições e receber uma pasta para chamar de sua até o ano que vem. O parlamentar almeja a Justiça, mas há quem fale até mesmo na hipótese de ele ganhar o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, comandado pelo vice-presidente Geraldo Alckmin.

## Pouco provável

Nos bastidores, a saída de Alckmin da pasta é considerada remota, pois causaria um enorme atrito com o PSB — que encolheu desde a ida de Flávio Dino para o Supremo Tribunal Federal (STF).

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



## Briga entre irmãos

Mesmo chateado com a campanha da ala bolsonarista da Frente Parlamentar Evangélica contra sua candidatura à presidência da bancada, o deputado federal Otoni de Paula (foto, MDB-RJ) disse que não guardará rancor de quem tentou tirá-lo da disputa. Nem mesmo do deputado Sóstenes Cavalcante (RJ), líder do PL, a quem chamou de "Malafaia paraguaio". As excelências escolhem o novo líder hoje. Os candidatos são Otoni e o deputado Gilberto Nascimento (PSD-SP).

## Motta com empresários

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), reúne-se com os governadores Ibaneis Rocha (DF) e Helder Barbalho (PA), além de parlamentares e empresários, no Brasil Summit, em Brasília. O evento, que ocorre em 12 de março, no Hotel Brasília Palace, debaterá as perspectivas da economia brasileira.

# Ressaca pré-carnaval

Após dias intensos, com a antecipação de acontecimentos que, a princípio, estavam previstos apenas para depois do carnaval, a República começou a semana "de ressaca". A denúncia da PGR e a delação do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro; e a expectativa pela reforma ministerial, além das polêmicas do governo Lula em relação ao preço dos alimentos, sugaram as energias dos Três Poderes. Nos bastidores, o clima pesado impera, e a única esperança é pela chegada do feriado.



## Normalidade?

Hoje, no Palácio do Planalto, a ministra da Saúde, Nísia Trindade, assinará, na presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, uma portaria sobre vacinas. O evento ocorre em meio a rumores de que ela poderá ser trocada por Alexandre Padilha no comando da pasta.

## Perícia contra drogas

Peritos criminais da Polícia Federal e dos estados ganham novos aliados no combate às drogas: o Programa Nacional de Integração de Dados Periciais sobre Drogas (PNIDD) e o Sistema de Alerta Rápido sobre Drogas (SAR), lançados ontem pelo governo federal. As iniciativas fortalecem a análise científica e agilizam a identificação de substâncias ilícitas. Enquanto o PNIDD integra dados químicos, toxicológicos e epidemiológicos para aprimorar investigações, o SAR monitora a circulação de novas drogas e adulterações, emitindo alertas para embasar ações de saúde e segurança.

## Urgência na regulamentação

O governo federal enviou ao Congresso um projeto de lei complementar para regulamentar o trabalho dos motoristas de aplicativos. A proposta visa garantir direitos trabalhistas e previdenciários para a categoria. Uma das principais medidas é a criação de uma remuneração mínima de R\$ 32,10 por hora trabalhada, com ajustes anuais conforme a valorização do salário mínimo.

## Por falar em aplicativo...

A Frente Parlamentar pelo Livre Mercado participou, em São Paulo, do debate, no Instituto Millenium, sobre a proibição, por parte da Prefeitura, de transporte de passageiros por motos de aplicativo. "Proibir é impedir que milhares de trabalhadores exerçam sua profissão e ofereçam um serviço que a população precisa", disse o secretário do grupo, Rodrigo Marinho.

(Colaboraram Israel Medeiros e Denise Rothenburg)

## ATOS GOLPISTAS

Advogado de Bolsonaro diz que pedirá a anulação da colaboração premiada do tenente-coronel Mauro Cid. Ex-presidente afirma não temer a prisão, nega intenção de fuga e ressalta que só não será candidato nas eleições de 2026 "se estiver morto"

# Defesa mira em derrubar a delação

» FERNANDA STRICKLAND

O advogado Celso Vilardi, que defende o ex-presidente Jair Bolsonaro no inquérito sobre a tentativa de golpe de Estado, disse que vai pedir a anulação da delação do tenente-coronel Mauro Cid. Vilardi se reuniu, ontem, com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso. No encontro, apresentou as razões de novas petições que serão protocoladas na Corte.

Segundo informações do STF, Barroso ouviu os argumentos e afirmou que analisará os pedidos. A audiência teve duração 20 minutos e contou

com a presença de assessores da Presidência da Corte.

A reunião ocorre dias depois de a Procuradoria-Geral da República (PGR) denunciar Bolsonaro e outras 33 pessoas por participação em trama para manter o ex-presidente no poder, após a derrota dele nas eleições de 2022. A defesa tem adotado uma estratégia de contestar a delação premiada de Cid — ex-ajudante de ordens de Bolsonaro —, que reforça a denúncia da PGR.

Vilardi também informou que tenta ampliar o prazo para apresentar a defesa formal no caso. Na última semana, o ministro Alexandre de Moraes, relator do inquérito, negou um

Ed Alves CB/DA Press



**Bolsonaro: "Não tem motivo para prisão minha. Se ocorrer, será por arbitrariedade"**

pedido da defesa para estender o prazo de resposta à acusação, de 15 para 83 dias — o mesmo tempo que a PGR teve para analisar o relatório da Polícia Federal antes de formalizar a denúncia. Os advogados alegaram dificuldades no acesso integral às provas, argumento

refutado pelo magistrado.

Bolsonaro é acusado de tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado, grave ameaça contra o patrimônio da União, deterioração de patrimônio tombado e organização criminosa.

Segundo Henrique Attuch, criminalista do Wilton Gomes Advogados no STF, compete ao relator da ação penal decidir se seu julgamento ocorrerá na Turma ou no plenário da Corte. "É disso que trata o art. 234 do Regimento Interno do STF Logo, creio que eventual pedido de

anulação da delação de Mauro Cid tramitará, inicialmente, na 1ª Turma, e somente após, acaso assim decida o relator, ou, por maioria, a Turma, poderá ser a ação penal do ex-presidente e os pedidos a ela referentes submetidos ao plenário da Corte", explicou.

## Só morto

Ontem, em entrevista à *CBN Recife*, Bolsonaro classificou de "tortura" o depoimento de Cid. Também afirmou não temer ir para a cadeia.

"Não tem motivo para prisão minha. Se ocorrer, será por arbitrariedade", sustentou. "Alguns dizem até que estou pensando em fugir. Eu estive nos Estados Unidos por três meses. Poderia ter ficado lá, tive oferta para trabalhar lá. Vim para cá, para enfrentar isso daqui e buscar meu espaço político para 2026. Eleições 2026 sem meu nome é negação da democracia."

Inelegível até 2030 — condenado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por abuso de poder político e econômico —, o ex-presidente ressaltou que somente morto não será candidato no ano que vem. "O número 1 e o número 2 são Bolsonaro", frisou.

## JUDICIÁRIO

# Moraes: país vive o retorno do discurso do "tio do churrasco"

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou haver uma instrumentalização das redes sociais "por grupos econômicos e ideologicamente fascistas, de extrema-direita", para corroer a democracia. As declarações ocorreram durante uma aula magna de recepção aos calouros da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), no salão

nobre do prédio histórico no Largo do São Francisco.

"Há uma instrumentalização das redes sociais por grupos econômicos e ideologicamente fascistas, de extrema-direita, para corroer a democracia por dentro. Esse é o grande desafio hoje de quem defende a democracia", iniciou Moraes.

Moraes afirmou que o Brasil vive o retorno do que chamou de

"discurso do 'tio do churrasco' — uma visão de mundo preconceituosa, saudosista e ressentida —, o que se deve, no diagnóstico do magistrado, à concentração de renda e à ampliação de direitos a grupos antes marginalizados, como pobres, mulheres e pessoas LGBTQIAP+."

"Vejam que isso pega, principalmente, de início, homens brancos, heterossexuais, em torno de 45 anos para frente", resumiu. "Esse discurso surgiu por uma revolta contra determinados momentos em que crises econômicas achataram o

modo de vida de uma determinada parcela da população. Há pessoas que ficaram com rancor pela universalização de direitos e pela excessiva concentração de renda."

Ele argumentou que grupos políticos extremistas souberam explorar esse sentimento e que as grandes empresas de tecnologia se aliaram a eles em busca da maximização de seus lucros.

"As big techs não são enviadas de Deus, não são neutras, são grupos econômicos que querem dominar a economia e a política

mundial, ignorando fronteiras, as soberanias nacionais, as legislações, para conseguir lucro", frisou. "A gente não pode deixar de reconhecer a genialidade disso. 'Democracia é um negócio', dizem eles. Tudo para as big techs é dinheiro, é um negócio. Só que é um negócio muito mais lucrativo, porque se pode fazer as leis, se pode mandar."

O ministro citou como exemplo o PL das Fake News. O projeto de lei para regulamentar as redes sociais foi retirado de pauta pelo Congresso após amplo lobby e pressão de grandes

empresas de tecnologia, como Google e Telegram.

"Todas elas bombardearam nas redes dizendo que os parlamentares eram contra a democracia e a liberdade de expressão. Os algoritmos fizeram chegar milhares de mensagens aos parlamentares ameaçando, coagindo", lembrou.

O magistrado desativou, na semana passada, o perfil que mantinha no X (antigo Twitter). O ministro brincou sobre a decisão de deixar a rede social: "Eu não posso nem sair do X que já me deduram".